

Prumo Participações e Investimentos S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro
de 2024 e 2023**

Conteúdo

Conteúdo	2
Relatório da Administração	3
Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras individuais	4
Balancos Patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (déficit)	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11
1 Contexto operacional.....	11
2 Relação de Companhias Investidas	11
3 Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas adotadas.....	11
4 Principais políticas contábeis.....	17
5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas.....	17
6 Caixa e equivalentes de caixa	18
7 Impostos a recuperar.....	18
8 Partes Relacionadas	19
9 Investimentos	21
10 Empréstimos e financiamentos.....	22
11 Impostos diferidos	24
12 Impostos a recolher	24
13 Contingências	25
14 Patrimônio Líquido.....	25
15 Receitas (despesas) financeiras.....	26
16 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.....	26

Relatório da Administração

Senhores acionistas:

A Prumo Participações e Investimentos S.A. (“Prumo Participações” ou “Companhia”), em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

A Administração da Empresa agradece aos acionistas, parceiros e fornecedores pela contribuição, dedicação e confiança ao longo de 2024.

Nos colocamos à disposição para prestar esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2025.

A Administração

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

(Tradução livre do relatório original em inglês e elaborado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil)

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e à Administração da Prumo Participações e Investimentos S.A

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Prumo Participações e Investimentos S.A. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, as mutações do patrimônio líquido (déficit) e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho das operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em termos dessas normas, estão descritas na seção a respeito das "responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras" do relatório. Somos independentes em relação à companhia, de acordo com as exigências éticas relevantes incluídas no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração Prumo Participações S.A. é responsável por essas outras informações, que compõem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre o relatório da administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido durante a auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção material no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, independentemente se relacionadas a fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para além dessas.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, como um todo, estão livres de distorção relevante, independentemente se decorrente de fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria independente que inclua nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria conduzida de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre detectam as distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causados por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não se detectar distorção relevante resultante de fraude é maior que aquele decorrente de erro, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou transgressão dos controles internos.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam lançar sérias dúvidas sobre a capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as principais transações e os eventos de maneira adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente a respeito das informações contábeis das entidades ou das unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os fins da auditoria do grupo. Permanecemos os únicos responsáveis pela opinião da auditoria.

Comunicamos com a Administração e com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Original em Inglês assinado por

Walter Malvar Leite da Silva
Contador: CRC RJ-117037/O-0

Prumo Participações e Investimentos S.A.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativos	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.191	2.376
Depósitos vinculados	10	60.515	151.516
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	1.253	2.870
Dividendos a receber	8	53.581	58.139
Instrumentos derivativos	16	1.367	-
Total do ativo circulante		121.907	214.901
Não circulante			
Mútuo com partes relacionadas	8	241.895	241.895
Investimentos	9	966.686	973.873
Total do ativo não circulante		1.208.581	1.215.768
Total do ativo		1.330.488	1.430.669

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prumo Participações e Investimentos S.A.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	2024	2023
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	113.827	257.871
Impostos a recolher	12	20	24
Contas a pagar com partes relacionadas	8	52	52
Dividendos a pagar	8	58.070	14.515
Outros valores a pagar		32	89
Instrumentos derivativos	16	-	876
Total do passivo circulante		172.001	273.427
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	1.397.531	1.113.675
Total do passivo não circulante		1.397.531	1.113.675
Patrimônio Líquido	14		
Capital social		10	10
Reserva legal		-	2
Prejuízos acumulados		(239.054)	-
Lucros acumulados		-	43.555
Total do patrimônio líquido (déficit)		(239.044)	43.567
Total do passivo e patrimônio líquido (déficit)		1.330.488	1.430.669

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prumo Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Observação	2024	2023
Receitas operacionais (despesas)			
Despesas gerais e administrativas		(257)	(311)
Reversão para perdas estimadas de créditos		5	24
Outras receitas (despesas) operacionais		-	(15)
		<u>(252)</u>	<u>(302)</u>
Receitas (despesas) financeiras			
	15		
Receitas financeiras		105.242	326.301
Despesas financeiras		(579.830)	(370.818)
		<u>(474.588)</u>	<u>(44.517)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	9	235.784	249.418
Resultado antes dos impostos		<u>(239.056)</u>	<u>204.599</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	-
Lucro (prejuízo) do exercício		<u>(239.056)</u>	<u>204.599</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prumo Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro (prejuízo) do exercício	(239.056)	204.599
Total de resultado abrangente do exercício	<u>(239.056)</u>	<u>204.599</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prumo Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (déficit)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Reserva legal	Resultado acumulado	Total do patrimônio líquido (déficit)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10	-	-	(146.527)	(146.517)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	204.599	204.599
Compensação de Prejuízos em reservas	-	-	2	(2)	-
Dividendos estatutários	-	-	-	(14.515)	(14.515)
Dividendos adicionais propostos	-	43.555	-	(43.555)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10	43.555	2	-	43.567
Dividendos adicionais propostos	-	(43.555)	-	-	(43.555)
Prejuízo do exercício	-	-	(2)	(239.054)	(239.056)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10	-	-	(239.054)	(239.044)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prumo Participações e Investimentos S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(239.056)	204.599
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		
Participação nos lucros de empresas investidas contabilizadas por equivalência patrimonial	(235.784)	(249.418)
Variação cambial, monetária e juros	463.059	13.861
Amortização dos custos de transação	12.989	14.702
Outros	-	(9)
	<u>1.208</u>	<u>(16.265)</u>
(Aumento) diminuição dos ativos e aumento (diminuição) dos passivos:		
Imposto de renda sobre empréstimo	-	(557)
Impostos recuperáveis	1.866	-
Outras contas a pagar	(57)	70
Impostos a pagar	(4)	18.250
Impostos pagos	-	(18.887)
Caixa líquido proveniente de (usado em) atividades operacionais	<u>3.013</u>	<u>(17.389)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Dividendos recebidos	247.529	246.069
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	-	(54.029)
Caixa líquido proveniente de atividades de investimento	<u>247.529</u>	<u>192.040</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Instrumentos derivativos	16.866	(13.729)
Depósitos vinculados	91.001	(9.694)
Empréstimos liquidados com terceiros	(185.021)	(39.713)
Juros pagos	(170.573)	(110.990)
Caixa líquido utilizado em atividades de financiamento	<u>(247.727)</u>	<u>(174.126)</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	2.815	525
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.376	1.851
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>5.191</u>	<u>2.376</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>2.815</u>	<u>525</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Prumo Participações e Investimentos S.A. (“Prumo Participações” ou “Companhia” ou “Prumopar”), localizada no endereço Rua do Russel, 804, 5º andar, Glória, Rio de Janeiro, foi constituída em 2015 com o objetivo de participar em outras sociedades empresárias como acionista. A Companhia desenvolve suas operações através da controlada em conjunto Ferroport (“empreendimento controlado em conjunto”) com a Anglo American Participações Minério de Ferro Ltda. (“Anglo American”).

A Ferroport iniciou suas operações em outubro de 2014. A Companhia é condômina da Porto do Açú Portuário em uma área de 300 hectares (não auditado), na qual se realizam o processamento, a movimentação e a estocagem de minério de ferro. É também co-proprietária da estrutura offshore (T1) formada por ponte de acesso, canal de acesso, quebra-mar e píer com dois berços para carregamento de minério. Em 2024, a Ferroport embarcou o total de 25,05 milhões de toneladas de minério de ferro (não auditado), em 148 embarcações (não auditado) (24,04 milhões de toneladas em 145 embarcações durante o ano de 2023).

2 Relação de Companhias Investidas

	País	Participação acionária 2024	Participação acionária 2023
Controlada em conjunto direta:			
Ferroport Logística Comercial Exportadora SA	Brasil	50,00%	50,00%

3 Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas adotadas

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras pela Administração ocorreu em 24 de fevereiro de 2025.

b. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para certos instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que também representa a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia classifica como equivalentes de caixa aplicações financeiras com vencimento de três meses ou menos, sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

A Companhia detinha Caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$ 5.191 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.376 em 31 de dezembro de 2023). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* de AA a AAA atribuídos pelas principais agências de *rating*.

O *impairment* estimado no caixa e equivalentes de caixa foi calculado com base na perda esperada de 12 meses e reflete os curtos prazos de vencimentos das exposições de risco. O caixa e equivalentes de caixa detêm de um baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes.

e. Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR (Valor Justo por meio do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. Neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro período após a mudança do modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado pelo VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- seus termos contratuais que gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado pelo VJR:

- é mantida dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais que gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita para cada investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR.

No reconhecimento inicial, a Companhia atribui irrevogavelmente um ativo financeiro que de outra forma atenderia aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia avalia o objetivo do modelo de negócio no qual um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é administrado e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Entre elas está a questão de verificar se a estratégia da Administração está focada na obtenção de receita de juros contratuais, na manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, na correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração dos passivos relacionados ou saídas de caixa esperados, ou na realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos.

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio (e o ativo financeiro mantido no referido modelo de negócio) e como tais riscos são geridos;
- como os gestores de negócios são compensados - por exemplo, se a compensação é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos empréstimos contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros em períodos anteriores, os motivos dessas vendas e as expectativas para vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros a terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas, de forma consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Ativos financeiros - avaliação para saber se os fluxos de caixa contratuais são meramente pagamentos de principal e juros

Para fins desta avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro ao longo do tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto ao longo de um determinado período de tempo e pelos outros custos e riscos de empréstimo subjacentes (por exemplo, risco de liquidez e custo administrativo), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para determinar se os fluxos de caixa contratuais implicam apenas pagamentos do principal e juros. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de modo que ele não atenderia mais a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia leva em consideração:

- eventos contingentes que modificam o valor ou o momento dos fluxos de caixa;
- termos que poderiam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- pré-pagamento e extensão do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa específicos de ativos específicos (por exemplo, com base no desempenho de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pré-pagamento é consistente com os critérios de pagamento do principal e juros se o pré-pagamento representar principalmente valores não pagos do principal e juros sobre o principal em aberto - o que pode incluir uma compensação adicional razoável para rescisão antecipada do contrato. Além disso, em relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior que o valor nominal do contrato, a permissão ou exigência de pré-pagamento em um valor que representa o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também podem incluir uma compensação adicional razoável para rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratados como consistentes com este critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas no impairment. Receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos patrimoniais ao VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos de capital a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

(i) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado se for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método de juros efetivos. Despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento também afeta o resultado.

(ii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade dos ativos financeiros são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro nem retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações nas quais transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são quitadas, canceladas ou expiram. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro é reconhecido com base nos termos modificados e reconhecido pelo valor justo. Ao desreconhecer um passivo financeiro, a diferença entre o antigo valor contábil e o valor pago (incluindo ativos transferidos que não fluem por meio de caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras e despesas financeiras incluem receita de juros, despesas de juros, ganho ou perda líquida de variação cambial sobre ativos financeiros e passivos financeiros. Receitas ou despesas de juros são reconhecidas no resultado usando o método de juros efetivos. A Companhia classifica os ganhos de juros como fluxos de caixa de atividades de investimento.

g. Impostos de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro líquido, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária vigente. A Companhia registra imposto de renda e contribuição social diferidos ativos à alíquota de 34%. A legislação tributária brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indeterminado. No entanto, essa compensação é limitada a 30% do lucro real em cada período de apuração.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e aos prejuízos fiscais a compensar e à base negativa da contribuição social.

h. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que uma saída de recursos econômicos seja necessária na liquidação. As provisões são registradas usando as melhores estimativas do risco envolvido. Ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados ao seu valor presente e itens de curto prazo quando o efeito deles nas demonstrações financeiras como um todo é considerado material. O ajuste ao valor presente é calculado com base nos fluxos de caixa contratuais e na taxa de juros explícita ou, em certos casos, implícita sobre os respectivos ativos e passivos.

i. Investimentos

A participação na subsidiária é avaliada pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora e a controlada em conjunto é avaliada pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da empresa.

j. Uso de estimativas e julgamentos

Julgamentos, estimativas e premissas são usados para mensurar e reconhecer certos ativos e

passivos nas demonstrações financeiras da Companhia. Essas estimativas levaram em consideração a experiência de eventos passados e atuais, pressupostos sobre eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. Não há itens significativos sujeitos a essas estimativas.

As políticas contábeis descritas em detalhes ao longo destas demonstrações financeiras foram aplicadas de forma consistente e estão sendo apresentadas pela Companhia.

4 Principais políticas contábeis

As práticas contábeis utilizadas para produzir estas demonstrações financeiras são consistentes com aquelas utilizadas para preparar as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023, datadas de 1º de março de 2024.

5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Algumas novas normas contábeis entrarão em vigor para exercícios financeiros iniciados após 1º de janeiro de 2024. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação de Demonstrações Financeiras

O IFRS 18 substituirá o IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal recém-definido do lucro operacional. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota às demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar os fluxos de caixa operacionais usando o método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliar o impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de resultados do Grupo, a demonstração de fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens

atualmente rotulados como “outros”.

b) Outras Normas Contábeis

O IFRS 18 substituirá o IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações às IFRS 9 e IFRS 7)

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e bancos	1.613	2.376
Equivalentes de caixa		
Fundo de Investimento	3.578	-
	<u>5.191</u>	<u>2.376</u>

O saldo de caixa e bancos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é composto por contas correntes e participações em fundos de investimento no Banco Santander S/A e Citibank, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de impairment. Os fundos de investimento são primariamente atrelados à taxa CDI, com rentabilidade de 97% do CDI.

7 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar estão assim representados:

	2024	2023
Imposto de renda retido na fonte (“IRRF”)	1.253	2.870
	<u>1.253</u>	<u>2.870</u>

8 Partes Relacionadas

A Companhia adota práticas de Governança Corporativa e/ou recomendações exigidas por lei. Além disso, a Política de Governança Corporativa da Companhia estabelece que os membros do Conselho de Administração devem monitorar e administrar quaisquer potenciais conflitos de interesse entre os diretores, os membros do Conselho e os sócios, de forma a evitar o uso indevido dos ativos da Companhia e, especialmente, condutas abusivas em transações entre partes relacionadas.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, todos os membros do Conselho de Administração da Companhia estão proibidos de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou transação comercial na qual haja interesses conflitantes com os da Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos entre partes relacionadas em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, bem como as transações com partes relacionadas que afetaram as demonstrações de resultados do exercício, são decorrentes de transações entre a Companhia e sua controlada em conjunto e acionista, conforme segue:

Ativos	2024	2023
Mutúo com partes relacionadas		
Prumo Logística	153.792	153.792
FP NewCo	88.103	88.103
Dividendos a receber		
Ferroport (i)	53.581	58.139
	295.476	300.034
Circulante	53.581	58.139
Não circulante	241.895	241.895

- (i) A tabela abaixo apresenta o fluxo de dividendos e seu impacto no PPAR, detalhando os efeitos dos dividendos estatutários, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76, dividendos adicionais e distribuições de dividendos:

Fluxo de dividendos				
Data	Descrição	Valor total (Ferroport)	Participação proporcional (50% - PPAR)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023		116.279	58.139	
Março de 2024	Dividendos adicionais	348.783	174.391	
Março de 2024	Pagamento de dividendos	(165.266)	(82.633)	
Junho de 2024	Pagamento de dividendos	(110.236)	(55.117)	
Setembro de 2024	Pagamento de dividendos	(103.426)	(51.713)	
Dezembro de 2024	Dividendos estatutários	137.178	68.589	
Dezembro de 2024	Pagamento de dividendos	(116.150)	(58.075)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024		107.162	53.581	

Prumo Participações e Investimentos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023

Passivos	2024	2023
Contas a pagar - notas de débito		
Prumo Logística – Custos de transação	52	52
Dividendos		
FP NewCo	58.070	14.515
	<u>58.122</u>	<u>14.567</u>

Remuneração da Administração

A Administração da Empresa é remunerada pela controladora Prumo Logística S/A.

Vencimento e juros

A Companhia possui atualmente dois empréstimos sem juros com a Prumo Logística e a FP NewCo, os quais não estão sujeitos a acordos ou garantias, por serem empréstimos intercompany.

A tabela abaixo demonstra os movimentos dos empréstimos com efeitos caixa e não caixa:

Empréstimo	2023	Efeito caixa		2024
		Principal recebido / (liquidado)	Juros recebidos	
Prumo Logística	153.792	-	-	153.792
FP NewCo	88.103	-	-	88.103
	<u>241.895</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>241.895</u>

Empréstimo	2022	Efeito caixa		2023
		Principal recebido / (liquidado)	Juros recebidos	
Prumo Logística	153.792	-	-	153.792
FP NewCo	34.074	54.029	-	88.103
	<u>187.866</u>	<u>54.029</u>	<u>-</u>	<u>241.895</u>

9 Investimentos

a. Participações acionárias

2024									
Investida direta	% de participação	Quantidade de ações/quotas (mil)	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados
Ferroport	50%	1.080	2.544.436	611.065	1.933.371	1.197.152	94.589	141.479	500.151

2023									
Investida direta	% de participação	Quantidade de ações/quotas (mil)	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados
Ferroport	50%	1.080	3.023.206	1.075.459	1.947.747	1.197.152	94.589	227.958	428.048

b. Movimentações

Investida direta	2023	Patrimônio líquido	Dividendos	2024
Ferroport	973.873	235.784	(242.971)	966.686
	973.873	235.784	(242.971)	966.686

Investida direta	2022	Patrimônio líquido	Dividendos	2023
Ferroport	1.007.564	249.418	(283.109)	973.873
	1.007.564	249.418	(283.109)	973.873

10 Empréstimos e financiamentos

	2024			2023		
	Data de vencimento	Taxas em %	Principal	Juros	Total	Total
Empréstimos e financiamentos						
Títulos Sêniores Garantidos	31/12/2031	7,50% aa	1.559.850	-	1.559.850	1.433.026
(-) Custo de transação			(48.492)	-	(48.492)	(61.480)
			1.511.358	-	1.511.358	1.371.546
Circulante			113.827	-	113.827	257.871
Não circulante			1.397.531	-	1.397.531	1.113.675

Os juros pagos estão sendo classificados como financiamento nas demonstrações de fluxo de caixa.

Em outubro de 2019, a empresa emitiu o Senior Secured Bond sob a regulamentação 144A/Regs, com cupom de 7,5% aa, pagamentos semestrais e vencimento final em dezembro de 2031.

O cronograma de amortização do principal do contrato apresenta percentuais para pagamentos mínimos e permite pagamentos acima do percentual estabelecido, o que reduz os percentuais legais futuros.

Em dezembro de 2024, a Companhia pagou R\$ 53.873 de amortização de principal e juros no valor de R\$ 60.515. Em junho de 2024, a Companhia pagou R\$ 82.721 de amortização de principal e juros no valor de R\$ 57.724. Em janeiro de 2024, a Companhia pagou R\$ 48.427 de amortização de principal e juros no valor de R\$ 52.334. Como a Companhia atingiu parcialmente o cronograma de amortização alvo, o que exige pagamentos maiores do que o cronograma de amortização legal, este pagamento superou as obrigações legais de pagamento. Portanto, a Companhia já está em conformidade com as obrigações do cronograma legal para os próximos 12 meses.

A moeda brasileira se desvalorizou em relação ao dólar no quarto trimestre de 2024 (em comparação ao quarto trimestre de 2023). Em conformidade com seu Programa de Hedging, a Companhia firmou um contrato a termo não entregável (NDFs) para comprar dólares para proteger seu próximo serviço de dívida de variações cambiais e continuará a fazê-lo nos próximos meses. Portanto, a Companhia não espera um impacto material negativo no fluxo de caixa em relação às variações cambiais no pagamento semestral dos Títulos.

Depósitos bancários vinculados

A Prumo Participações possui uma conta reserva, conforme solicitado pelo contrato de financiamento: a Conta Reserva do Serviço da Dívida (“DSRA”), que contém 6 meses do pagamento principal mínimo mais juros a pagar no ano. Em 31 de dezembro de 2024, a DSRA tinha R\$ 60.515 depositados (R\$ 51.796 em 31 de dezembro de 2023).

Contrato a termo não entregável (NDF)

As entradas de caixa da Companhia são provenientes de dividendos distribuídos pela subsidiária da Companhia, Ferroport, aos seus acionistas trimestralmente. Por meio da emissão de contratos de dívida sênior, a Companhia concordou com um Programa de Hedge que determina que a Companhia entre com NDFs (non-deliverable forwards) todo mês para comprar dólares americanos e vender reais em um valor igual a 1/6 do pagamento semestral para proteger os pagamentos da dívida e o financiamento em contas de reserva com vencimento em junho e dezembro.

Garantias prestadas

A Companhia apresentou as seguintes garantias para os contratos de dívida sênior: (i) Alienação fiduciária das ações da Ferroport para a Prumo Participações; (ii) Alienação fiduciária das ações da Prumo Participações detidas pela controladora FP Newco; (iii) Alienação fiduciária do empréstimo entre a Prumo Participações e a Ferroport e (iv) Alienação fiduciária de recebíveis e contas de crédito.

Movimentação:

	Fluxo de caixa				Efeito não caixa		2024
	2023	Amortização de principal	Juros pagos (atividades de financiamento)	Adição de custos de transação	Juros e variação cambial	Amortização dos custos de transação	
Empréstimos e financiamentos	1.371.546	(185.021)	(170.573)	-	482.417	12.989	1.511.358
	1.371.546	(185.021)	(170.573)	-	482.417	12.989	1.511.358

	Fluxo de caixa				Efeito não caixa		2023
	2022	Amortização de principal	Juros pagos (atividades de financiamento)	Adição de custos de transação	Juros e variação cambial	Amortização dos custos de transação	
Empréstimos e financiamentos	1.509.431	(39.713)	(110.990)	-	(1.884)	14.702	1.371.546
	1.509.431	(39.713)	(110.990)	-	(1.884)	14.702	1.371.546

11 Impostos diferidos

A Companhia registra ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos à alíquota de 34%. A legislação tributária brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indeterminado. No entanto, essa compensação é limitada a 30% do lucro tributável em cada ano de competência.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado e reajustado periodicamente, enquanto as projeções devem ser reajustadas anualmente, a menos que ocorram fatores materiais que possam modificá-las.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não reconhecidos era de R\$ 311.536 e R\$ 253.623 respectivamente.

Devido à falta de expectativas concretas de resultados tributáveis futuros e outros, o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais e base negativa consolidada não foi reconhecido neste trimestre. Este assunto é revisado periodicamente.

12 Impostos a recolher

	2024	2023
PIS/COFINS	20	24
	20	24

A conciliação entre a despesa tributária calculada pelas alíquotas legais combinadas e a despesa com imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é apresentada a seguir:

	2024	2023
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(239.056)	204.599
Imposto de renda e contribuição social à alíquota (34%)	81.279	(69.564)
Ajuste para derivar a alíquota efetiva		
Créditos tributários não reconhecidos - Diferenças Temporárias	(104.296)	35.680
Créditos tributários não reconhecidos - Prejuízo Fiscal	(57.912)	(50.725)
Resultado de equivalência patrimonial	80.167	84.802
Outros	762	(193)
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	0	0
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%
Corrente	-	-
Diferido (a)	-	-
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	-	-

- (a) Devido à falta de expectativas concretas de resultados tributáveis futuros e outros, o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais e base negativa consolidada não foi reconhecido neste trimestre. Este assunto é revisado periodicamente.

13 Contingências

A Companhia é parte em certos processos administrativos. Provisões devem ser feitas para todos os processos judiciais e administrativos para os quais é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável pode ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões judiciais mais recentes e sua relevância no sistema legal, bem como a avaliação de advogados externos.

a. Passivos contingentes

A Companhia possui passivos contingentes onde as reivindicações são debatidas em processos administrativos e cuja perda esperada é classificada como possível, e para os quais o reconhecimento de uma provisão não é considerado necessário pela Companhia. Com base nas opiniões legais, a apresentação dos litígios classificados com perda possível é apresentada a seguir:

	2024	2023
Tributárias	636	297
Total	636	297

14 Patrimônio Líquido

Capital social

A estrutura acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é a seguinte:

Acionista	2024		2023	
	Quantidade de ações ordinárias (mil)	%	Quantidade de ações ordinárias (mil)	%
FP NewCo	820.362	100,00	820.362	100,00
	820.362	100,00	820.362	100,00

15 Receitas (despesas) financeiras

	2024	2023
Renda financeira		
Juros sobre aplicações financeiras	3.826	4.564
Juros ativos	249	1.003
Variação cambial sobre empréstimos	79.452	316.269
Instrumentos derivativos	21.715	4.465
	<u>105.242</u>	<u>326.301</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(130.429)	(107.047)
Variação cambial sobre empréstimos	(431.482)	(208.798)
Amortização dos custos de transação	(12.989)	(14.702)
Comissão e corretagens	(2.324)	(2.610)
Instrumentos derivativos	(2.606)	(18.745)
Impostos sobre receita financeira	-	(18.908)
Outros	-	(8)
	<u>(579.830)</u>	<u>(370.818)</u>
	<u>(474.588)</u>	<u>(44.517)</u>

16 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia realiza operações com instrumentos financeiros. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no monitoramento periódico das taxas contratadas versus as taxas de mercado. A Companhia não realiza aplicações em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco de forma especulativa.

Em conformidade com os contratos de dívida sênior, a Companhia está contratando hedges cambiais mensalmente para cobrir o serviço da dívida.

Os valores estimados de realização dos ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias de avaliação apropriadas. No entanto, dados de mercado foram utilizados para calcular o valor justo. No entanto, foi necessário interpretar os dados de mercado para estimar o valor de realização mais adequado. Consequentemente, as estimativas abaixo não indicam necessariamente os valores que poderão vir a ser realizados no mercado de troca corrente.

O conceito de valor justo afirma que ativos e passivos devem ser avaliados a preços de mercado, no caso de ativos líquidos, ou usando métodos matemáticos de precificação, em outros casos. O nível de hierarquia do valor justo dá prioridade a preços não ajustados cotados em um mercado ativo.

Prumo Participações e Investimentos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023

A tabela abaixo demonstra os saldos contábeis e respectivos valores justos dos instrumentos financeiros e segregação do nível hierárquico, incluso nos balanços patrimoniais:

	Categoria / Método de medição	Nível	2024		2023	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	-	5.191	5.191	2.376	2.376
Depósitos bancários vinculados	Custo amortizado	-	60.515	60.515	151.516	151.516
Mútuos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	241.895	241.895	241.895	241.895
Dividendos	Custo amortizado	-	53.581	53.581	58.139	58.139
Derivados	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.367	1.367	-	-
			362.549	362.549	453.926	453.926
Passivos						
Outros valores a pagar	Custo amortizado	-	32	32	89	89
Instrumentos derivativos	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	-	-	876	876
Dividendos	Custo amortizado	-	58.070	58.070	14.515	14.515
Contas a pagar com partes relacionadas	Custo amortizado	-	52	52	52	52
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado		1.511.358	1.511.358	1.371.546	1.371.546
			1.569.512	1.569.512	1.387.078	1.387.078

- **(Nível 1)** - Preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- **(Nível 2)** - Diferentes entradas, exceto os preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para os ativos e passivos, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- **(Nível 3)** - Entradas para o ativo ou passivo que não são baseadas em variáveis de mercado observáveis (entradas não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2024, os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado. O valor justo calculado pela Administração apenas para fins de referência é de R\$ 1.549.071 (R\$ 1.346.188 em 31 de dezembro de 2023).

Os valores contábeis de outros instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado são classificados como empréstimos e recebíveis (ativos) e outros passivos mensurados ao custo amortizado. O valor contábil desses saldos se aproxima do valor justo.

As transações financeiras da Companhia estão sujeitas aos seguintes fatores de risco:

(i) Risco de mercado

Risco cambial

Risco de variação cambial que pode estar associado aos ativos e passivos da Companhia. A Companhia gerencia o risco cambial da Ferroport para detectar e mitigar riscos impostos por variações cambiais subjacentes aos ativos e passivos globais. A dívida em moeda estrangeira, portanto, existe em títulos de dívida emitidos em dólares americanos pela Prumo Participações. O fluxo de caixa destinado a atender ao pagamento desta dívida é proveniente trimestralmente de sua joint venture Ferroport, cuja receita é denominada em dólares americanos, onde a taxa de movimentação de minério de ferro vigente é reajustada anualmente por uma parcela do índice de inflação PPI EUA.

A Ferroport está em uma situação única em que sua estrutura de custos é denominada em Reais, e sua receita mensal é indexada ao dólar americano. A receita operacional da joint venture está, portanto, exposta ao risco de variação cambial devido ao descasamento entre as moedas de receita e custo. A valorização do Real Brasileiro em relação ao Dólar Americano pode diminuir a margem operacional e o fluxo de caixa livre da Ferroport. Em relação à dívida da Prumo Participações, a empresa é obrigada a celebrar NDFs (Non-Deliverable-Forwards) mensalmente para se proteger contra variação cambial, de acordo com os documentos de financiamento.

A tabela a seguir fornece detalhes sobre todas as transações de derivativos dentro dos programas de hedge relevantes, incluindo informações sobre o tipo de instrumento, o valor nominal, o vencimento, o valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no ano.

Programa de hedge para Forwards não entregáveis

FDN	NDF contratado em BRL		Mercado a mercado (MTM) em R\$	
	Valor de referência	Vencimento (mês/ano)	2024	2023
Termo USD	2.505	06/2024	-	(464)
Termo USD	4.113	06/2024	-	(412)
Termo USD	2.824	06/2025	948	-
Termo USD	3.552	06/2025	419	-
		Posição de hedge	1.367	(876)

A tabela abaixo resume o valor atual da dívida em milhões de reais, com um cenário de sensibilidade nas taxas de câmbio (USD) sofrendo oscilações positivas de 10%, 20% e 30%.

2024	Real	USD +10%	USD +20%	USD +30%
Empréstimo				
Títulos Sêniores Garantidos	1.559.850	1.715.835	1.871.820	2.027.805
Total	1.559.850	1.715.835	1.871.820	2.027.805
2023				
Empréstimo				
Títulos Sêniores Garantidos	1.381.230	1.519.353	1.657.476	1.795.599
Total	1.381.230	1.519.353	1.657.476	1.795.599

(ii) Risco de liquidez

Em relação ao risco de liquidez, como a Companhia atingiu parcialmente o cronograma de amortização alvo, o que exige pagamentos maiores do que o cronograma de amortização legal. Esse pagamento maior excede as obrigações legais de pagamento e, como resultado, a Companhia já está em conformidade com o cronograma legal para os próximos 12 meses, sem qualquer risco de liquidez.

A tabela abaixo denota os principais passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2024. Esses valores são brutos e não são descontados e incluem pagamentos de juros estimados.

	Sem vencimento	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Passivos financeiros							
Outros valores a pagar	-	32	-	-	-	-	32
Contas a pagar com partes relacionadas	-	52	-	-	-	-	52
Empréstimos e financiamentos	-	126.814	107.991	401.086	589.953	633.713	1.859.557
Total por faixa de prazo	-	126.898	107.991	401.086	589.953	633.713	1.859.641

(iii) Risco de crédito

Isso decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas em razão da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras onde possuam recursos.

A Companhia também realiza análise de rating das instituições financeiras, por meio de relatórios de crédito disponibilizados pelo “Sistema de Classificação de Risco Bancário” – Risk Bank, com o objetivo de classificar e acompanhar sistematicamente o risco e o desempenho de cada banco.

Os saldos expostos ao risco de crédito são os seguintes:

	2024	2023
Instrumentos financeiros		
Caixa e bancos	5.191	2.376
Depósitos bancários vinculados	60.515	151.516
Mútuo com parte relacionada	241.895	241.895
	307.601	395.787

Composição de Diretoria

Eugênio Leite de Figueiredo
CEO

Leticia Nabuco Villa-Forte
Diretor Administrativo - Financeiro

Eduardo Quartarone Campos
Diretor sem designação específica

Mariana Coutinho
Controlador e Gerente Fiscal

Camila Maria Cunha de Araujo
Contador
CRC-RJ 121980/O-7